

O PERIGO DOS TREMORES DE TERRA EM PORTUGAL

Transcrição do artigo de Cassiano Branco no Diário de Notícias, 24 de Outubro de 1932

De nada serve refugiarmo-nos por detrás da ideia comodista que Portugal não é o Japão, e que estamos por cá ao abrigo das convulsões teotónicas que por lá periodicamente reduzem a cemitérios fumegantes e a montões de escombros vilas e cidades inteiras.

Se Portugal não é equiparável nesse ponto ao Japão, nem sequer à Itália, não deixa por esse facto de ser um país francamente sísmico, e nenhuma boa razão possuímos que nos garanta que a traiçoeira região do vale do Tejo não venha de novo a ser sacudida com violência devastadora, como nos anos funestos de 1290, 1356, 1531 e 1755, em que o património nacional foi cruelmente dizimado em vidas e fazendas, e outrosim naqueles preciosos documentos que constituem sólidas garantias da vitalidade de um povo.

Durante o terramoto de 1755, por exemplo, a perda da casa da Índia com todo o seu valioso conteúdo, representa um desastre incalculável.

Ora, o fim a que nos propomos, vindo à tribuna dum grande jornal tratar do assunto em questão, não é alarmar inutilmente a opinião pública, visto que, muito ao contrário, para alcançar um resultado satisfatório, há que proceder com calma e sangue-frio e agir com método. Pretendemos, acima de tudo chamar a atenção dos poderes responsáveis, de modo a que se empreenda o que seja desde já razoável e oportuno fazer-se, tomando ao mesmo tempo resoluções para obras futuras de maior fôlego.

Apresentamos uma solução cujo interesse reside menos no seu valor prático, imediato, do que nas ideias que poderá suscitar.

Deite o leitor um golpe de vista ao esboço perspectivado, que acompanha o artigo e representa um trecho da Baixa, apanhado à “vol d’oiseau”.

Não se deixe impressionar, pelo primeiro movimento de repugnância. Verá que os arcos de perfil parabólico que ligam dois prédios fronteiros escusam de ter grande espessura e pouca sombra farão aos estabelecimentos, andares superiores e transeuntes.

Esses arcos nascem de pilares em cimento armado encastrados nas paredes, com suas sapatas próprias, distanciados uns dos outros cerca de 15 m., ligados entre si por vigas de cimento dissimuladas nas paredes dos prédios e por uma viga ligando os feixos dos arcos, de modo a constituírem uma estrutura elástica protegendo cada quarteirão.

Os arcos, por seu turno tornariam os vários quarteirões solidários; e, na hipótese dum abalo de terra violento, o sistema dotado de mais elasticidade que solidez, encontrava margens de compensação bastantes para arrostar com o cataclismo e, em todo o caso, evitaria a queda das paredes nas ruas.

O projecto presta-se a aplicações interessantes, mesmo sob o ponto de vista decorativo. Dos arcos penderiam, por exemplo, lâmpadas destinadas à iluminação pública, fios eléctricos, desembaraçando assim os passeios dos numerosos postes, que tanto obstam à

normal circulação. Pelo que no presente artigo fica dito, e pelo que já ficara no anterior, ousamos concluir que o complexo problema da defesa anti-sísmica é de extrema importância, envolvendo não só todas as actividades que, de perto ou de longe, se referem à arquitectura e ao urbanismo, mas solicitando até medidas, tais como: a organização, em bases militares, dos serviços de incêndio, com a construção de grandes depósitos de água em determinados pontos altos da cidade. Distribuir em toda a cidade um sistema de canalizações de água ligadas aos depósitos, privativos dos serviços de incêndios (os incêndios subseqüentes aos terremotos causa, em geral, maior número de vítimas que os próprios abalos de terra), a introdução obrigatória, nos programas de ensino, dos principais conhecimentos destinados a evitar pânico, etc.

A municipalidade deve facilitar por todos os meios ao seu dispôr, até, premiando os proprietários e técnicos que construam pelos processos indicados pela arquitectura anti-sísmica.

A defesa anti-sísmica partilha da defesa maior do património nacional, que para nós, habitantes de Lisboa, significa, além dos tesouros que ao estado compete guardar e proteger, os bens que mais de perto nos tocam, os nossos haveres e as nossas vidas. Proteger tais bens contra toda a sorte de calamidades – e um terremoto como o de 1755 não é menos calamitoso que uma guerra, por exemplo – é um dos atributos do governo: corresponde, aliás, a um princípio moral defendido por todas as sabedorias e por todas as religiões, pois que a vida humana, pela actividade espiritual que representa, é objecto inestimável e faz parte integrante dessa obra imensa e formidável de arquitectura que se chama Universo.

Cassiano Branco
Arquitecto
D.P.G.P